

Admitimos que digam ser a Contabilidade o que fazem os contabilistas, mas acentuamos que a Contabilidade deverá ser o que devem fazer os contabilistas.

Contabilidade: que paradigma?

Por Rogério Fernandes Ferreira

No final do século XX apareceu um livro (“Visões”, de Michio Kaku, ed. Bizâncio, 1998) que nos sublinha ter a ciência atingido o fim de uma era com a revelação recente dos segredos do átomo, da molécula da vida e a computação electrónica.

O mundo ficou mais diferente com estas últimas descobertas significativas. O mundo tornou-se melhor?

A pergunta inquieta-me. Não estarei habilitado a responder.

O progresso científico-tecnológico é realidade visível, mas visível também continua a ser a sua estagnação moral, as carências de ética nas condutas das pessoas em geral. Será que a barbárie e a crueldade dos tempos das cavernas, ou da antiguidade oriental, da grego-romana, da Idade Média, das guerras do século XX, persistirão?

A alta tecnologia permite produção de bens e riqueza para todos, mas até hoje não se acabou com a pobreza. No Mundo continua a morrer gente de fome, não obstante a abundância e os meios tecnológicos existentes. Consideramos que a culpa não estará nos sistemas económico-políticos. Há sistemas idealmente correctos mas, nas aplicações, a Humanidade falha...

Assim, continuam infortúnios, desgraças, guerras, calamidades – a culpa é das pessoas (de certas pessoas). Até as calamidades naturais – secas, maremotos, terramotos, furacões – são já previsíveis e se os meios tecnológicos não podem, porventura ou em certos casos, impedir as destruições de bens materiais, poderiam evitar-se tantas mortes de pessoas e de

outros animais nas calamidades havidas e pré-anunciadas.

Acabar com a pobreza e as guerras não tem sido viável. A inteligência não caminha por aí. A Humanidade é egoísta e falta-lhe ética. Podemos ter esperança?

Apreciando matérias profissionais (Contabilidade), ponderemos a sua evolução. Optimista ou pessimista?

Debate-se, de novo, positivismo e normativismo, considerando últimos contributos (de Popper e outros).

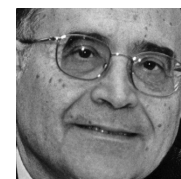
No estudo das matérias e busca de novas soluções, há os que partem dos factos, das ocorrências, do que se faz, para as opções seguintes (positivistas e empiristas), mas outros procuram encontrar, dedutivamente, no pensamento abstracto, as soluções que propõem (normativistas).

As temáticas contabilísticas de há muito nos merecem atenção. Ao longo dos tempos mantivemos contactos com distintos profissionais e como professor de Contabilidade e matérias afins, muitos ensejos tive para reflectir, estudar, debater e resolver questões contabilísticas.

Para melhor responder às solicitações, fomos acompanhando o evoluir das práticas e das teorias. Períodos houve em que nos debruçamos, mais especialmente, sobre as normas ou prescrições, estabelecidas ou a estabelecer, na contabilidade. Fui considerado elemento representativo dos que privilegiaram a chamada contabilidade normativa.

As responsabilidades que temos assumido no tocante a trabalhos contabilísticos concretos, propiciou-nos significativo conhecimento do mundo real, da substância contabilística.

Contabilidade



Rogério Fernandes Ferreira

- Advogado
- Economista
- Professor catedrático

Nos últimos tempos os teóricos da Contabilidade manifestam-se de novo prosélitos da contabilidade positiva. Entendemos também de não reagir a essa corrente de busca de conhecimento e estudo das matérias de Contabilidade. De facto, a partir das realidades bem se poderá melhorar os conhecimentos, inferindo raciocínios lógicos, acabando por optar pelas práticas mais convenientes. Mas será assim?

Admitimos que digam ser a Contabilidade o que fazem os contabilistas, mas acentuamos que a Contabilidade deverá ser o que devem fazer os contabilistas.

Estudar a ciência contabilística a partir do empirismo, do que efectivamente fazem (por vezes mal) os contabilistas, é caminho a seguir cautelosamente. Também normativismos menos ponderados causam-nos inquietação.

Se a contabilidade real se apresenta falseada ou, de outro modo, fora do estabelecido e declarado, ela não pode ser correcta solução. Uma metodologia assente no “dever ser” não pode estar presa ao preconceito de que o caminho encontrado é o certo. Há que não perder de vista a necessidade de confrontos entre teorias e realidades.

Sempre observámos convir ser cauteloso, não mudar para pior, ponderando convenções consagradas. Mudanças ocorrerão, mas que sejam para alcançar melhor informação, mais multifacetada, para fins de gestão cada vez mais diversos, sem que se perca fidedignidade. Favorecer soluções enganosas será trair a missão da contabilidade.

Docentes e investigadores debatem de novo a integração na Contabilidade do chamado “capital humano”, dos conhecimentos adquiridos, do *goodwill* e do mais gerado internamente. Muitos pretendem integrar na Contabilidade tais valores, reconhecendo a sua existência e a grande relevância que estão assumindo no seio de cada empresa ou instituição.

Não obstante, mesmo reconhecendo ser grande, quase sempre, o hiato entre o valor da empresa ditado pelo mercado e o valor constante da Contabilidade (digamos, pelo menos, na Contabilidade tradicional),

entendemos de assinalar ser preferível manter o referido *gap*.

De outro modo: é mais útil calcular o quociente (quociente de Tobin) em cada caso e não transformar o V_c (valor contabilístico) em V_m (valor de mercado). Trata-se de valores diferentes e diferentes devem manter-se, estudando-se o quociente:

$$\frac{V_m \text{ (valor de mercado, valor de empresa)}}{V_c \text{ (valor contabilístico, valor de património)}}$$

Concluindo, não é de anular as diferenças, igualar o que é diferente. V_m é V_m e V_c é V_c , ou seja, o valor de mercado da empresa, o valor que se atribui à empresa não pode ser o valor contabilístico, porque este valor é o do património e o património não é a empresa, é uma parte dela. A empresa não é só complexo patrimonial, mas, sim, complexo, unidade, dada por um conjunto de elementos patrimoniais, humanos, organizacionais...

Anotamos o seguinte exemplo, muito comum nos tempos actuais: uma empresa com património que será, por exemplo, o seguinte (síntese):

Balanco			
Activo		Capital próprio	
Disponibilidades	...		.
Dividas de terceiros	...		.
Imobilizações corpóreas	...		.
PASSIVO	...		.
Total (liq.)	200 000 euros	Total (liq.)	200 000 euros

Vemos empresas com património (contabilístico) expresso no valor líquido supra a transaccionarem-se por 10 a 25 vezes aquele valor (de 200 mil euros), com base num V_m (valor de mercado), apurado em função de estimativas de vendas e resultados futuros.

Ocorrida transacção a um desses valores de mercado, a contabilidade apresentará, nos novos titulares, o seguinte:

Balanco			
Activo		Capital próprio	
Disponibilidades			.
Dividas a receber	...		.
Imobilizações corpóreas	...		.
Imobilizações incorpóreas	...		.
Trespasse (vg)	4 800 000		.
PASSIVO	...		.
Total (liq.)	5 000 000 euros	Total (liq.)	5 000 000 euros

Atente-se que ninguém poderá garantir que o último valor total apontado (5 000 000 euros) seja o real e o adequado. E atente-se também que poderão ocorrer alterações de circunstancialismos que façam decrescer o dito *goodwill* ou trespasse. Acontecendo isso, os paradigmas que confrontamos acabam em resposta quantitativa semelhante. A Contabilidade tradicional, ponderando o princípio da prudência, registrará a perda no *goodwill* derivada de novos circunstancialismos; uma nova (!) Contabilidade conduzirá a igual valor, embora à luz de um seu outro critério (o apelidado de “justo valor”).

Prosseguindo: o V_c , no primeiro balanço, é diferente do V_m , mas no segundo balanço já o V_m é igual ao V_c . Porquê? Porque o trespasse na nova empresa não foi nela gerado e sim adquirido, objecto de transacção. Na primitiva empresa, tal valor já existiria, mas não na Contabilidade. Não era V_c (valor contabilístico), constava no V_m porque era valor gerado internamente. Porém, ocorridos circunstancialismos, como se aponta, há reencontro de valor.

Deduz-se do exposto que adoptando os princípios contabilísticos tradicionais (e convencionais) do *custo histórico*, da *prudência* e do *apuramento do resultado*, verificada uma negociação, após esta, desaparece o hiato...

Confia-se que os nossos leitores, chegados aqui, não conclua – dir-se-ia precipitadamente – que se acaba em dar o dito por não dito. O que se pretendeu foi enunciar a questão em ambas as perspectivas acentuar que a mudança na titularidade da empresa é mais um ponto a dar que pensar.

As matérias de que a Contabilidade se ocupa vão evoluindo. Temos concluído convir rever terminologia imprópria e, até, ponderar que a expressão *contabilidade*⁽¹⁾ pode estar a tornar-se inadequada para abarcar realidades que muitos pretendem introduzir-lhe.

Pensamos que conviria rever as fronteiras da Contabilidade em cotejo com outras

disciplinas da Gestão. Os ensinamentos e as práticas de Gestão são matérias para várias disciplinas – além da Contabilidade, ter-se-á Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Estratégica, Gestão Previsional (etc., etc.).

Considerando que a Contabilidade, tradicionalmente, não se preocupava com a focada contabilização de *intangíveis* “gerados internamente”, que tais realidades são, hoje, mais notórias e valiosas⁽²⁾, e que também aparecem intangíveis conexos com o ambiente (*lato sensu*) em que cada empresa ou instituição se insere, reputa-se útil ponderar novo paradigma contabilístico.

Atente-se, todavia, que o nosso pensamento tende no sentido de sublinhar que a Contabilidade tradicional não deveria perder o seu objectivo de controlo dos diversos elementos e valores que compõem o seu património, momento a momento. Preocupações e buscas de outros caminhos talvez compitam, em especial, aos professores e profissionais da gestão das empresas (e demais instituições), que deveriam recorrer também a outro instrumental e a outros meios de informação que não só os da Contabilidade (tradicional) a qual manteria as suas finalidades mais próprias. ★

(Texto recebido pela CTOC em Junho de 2006)

⁽¹⁾ Contabilidade no passado designava-se, por exemplo, por escrituração mercantil e hoje já não há propriamente escriturações - registos escritos. E também a Contabilidade deixou de confinar-se aos registos de comerciantes, no sentido próprio desta palavra e hoje a Contabilidade respeita a um cada vez maior número de instituições e pessoas.

⁽²⁾ É o caso do capital humano e em geral dos conhecimentos acumulados na empresa, rede de clientela, criação de marcas, em suma, do *goodwill* e outros intangíveis gerados internamente (aliás nem sempre nascidos e sim adquiridos mas contabilizados logo em custos de exercício). Aliás, há elementos também de desvalia, por exemplo, há factores humanos da empresa, como há mais-valias e menos-valias nas empresas que advêm do contexto em que actuam.